

Reportagem do Parlamento dos Jovens

2017-2018



“ IGUALDADE DE GÉNERO – UM DEBATE PARA TODOS”

O tema em debate para o ano letivo de 2017/2018 foi a *Igualdade de Género*.

“A Igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e uma condição de justiça social, sendo igualmente um requisito necessário e fundamental para a igualdade, o desenvolvimento e a paz. “

Fase Escolar

Os alunos tomaram conhecimento do Programa através dos seus diretores de turma , cartazes ,facebook , página da escola e por e-mail O tema foi bastante pertinente, tendo participado no ato eleitoral 60% da população escolar.

Foi organizado um debate em torno do tema que contou com a presença da sr^a deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) .



A discussão em torno deste assunto foi bastante animada. Os alunos formaram listas e candidataram-se ao projeto.



Fase Distrital

No dia 06 de Março , os deputados Joana Amorim – 12^oH ; Ana Rita e Pedro Basto-10^oJ , eleitos na sessão escolar da escola de Monserrate, participaram com empenho e sabedoria na Sessão Distrital do Parlamento dos Jovens dos jovens no



Ensino Secundário , que teve lugar no Auditório do Castelo de Santiago da Barra, tendo sido eleitos para representarem a região Norte , na sessão Nacional. A deputada Joana Amorim, teve um excelente desempenho, tendo sido por maioria dos votos eleita porta-voz do grupo.

A representar Assembleia da República esteve a deputada Sandra Pontedeira que muito contribuiu para responder às pertinentes questões colocadas pelos deputados.

Após a sessão escolar e o acirrado debate na sessão distrital, a Escola Secundária de Monserrate enfrentou sete horas de autocarro até Lisboa, onde, na Assembléia da República, decorreu a fase final do Parlamento dos Jovens.

O tema em debate, “igualdade de gênero”, juntou sessenta e cinco escolas, na Assembleia da Republica, edifício respeitoso, com a intenção de produzir, em harmonia, um conjunto de medidas de recomendação sobre o tema em questão, visando um futuro com maior cidadania.

No dia 14 de maio de 2018, as delegações dos dezoito distritos portugueses, juntamente com as duas regiões Autônomas, chegaram a Assembleia da República por volta do horário de almoço, decididos a iniciar as reuniões primárias.

Quando chegamos à Assembleia da República, fomos divididos em grupos: um constituído pelas deputadas Joana Amorim e Ana Rita que se dirigiram à sala da respetiva Comissão, e pelo grupo dos jornalistas, em que eu, Valentina Flores, estava incluído. O grupo de estudantes de Monserrate foi acompanhado pela professora Maria do Carmo Morais, que coordenou o projeto a nível de escola e de distrito. Os devidos círculos eleitorais, sob representação de dois deputados para cada escola recrutada, foram, então, organizados em quatro comissões na supervisão de deputados ativos da Assembléia da República.



Nestas comissões os jovens deputados, com elevada maturidade e numa atitude proativa debateram os vários Projetos de Recomendação, defendendo as medidas em que acreditaram ser as mais adequadas para atingir a igualdade de gênero. Com sensatez e muito respeito, todas as medidas foram analisadas e, por meio de votação aberta, votadas em sede de comissão. Deste modo, no final do dia, cada comissão selecionou cinco medidas que iriam integrar o Projeto de Recomendação a ser discutido no dia seguinte na Assembleia da República.

Os delegados do círculo de Viana do Castelo, que enalteço, tiveram o distinção de uma das suas medidas integrar o Projeto de Recomendação da 4^o Comissão.

No final da tarde, e antes do jantar, tivemos o momento cultural, na sala do Senado, com a presença do coro infantil de Lisboa, que surpreendeu os 129 deputados, mas também jornalistas e professores, com a sua afinação, a variedade que nos proporcionou momentos de descontração e de alegria.



No final do jantar dirigimo-nos para Oeiras, onde pernoitamos na Pousada do Inatel, prolongando o convívio com as novas amizades.

No segundo dia, após o pequeno-almoço, dirigimo-nos para a Assembleia da República, pelas 8:00 horas. Neste dia, tínhamos uma agenda bastante preenchida. Na sessão de abertura, que contou com o senhor Presidente da Assembleia da

“ Igualdade de género – Um debate para todos”
- Escola Secundária de Monserrate- Viana do Castelo

Jornalista: Valentina Flores Morelli

Republica, Eduardo Ferro Rodrigues. A vice presidente , Teresa Caeiro encantou os jovens ao dizer , e passo a citar “um país deve ter igualdade de gênero... esta deveria ser uma realidade vívida, começando pela própria Assembleia da República, composta na sua totalidade por um padrão em que 63% dos Deputados são homens, e apenas 37% são mulheres.

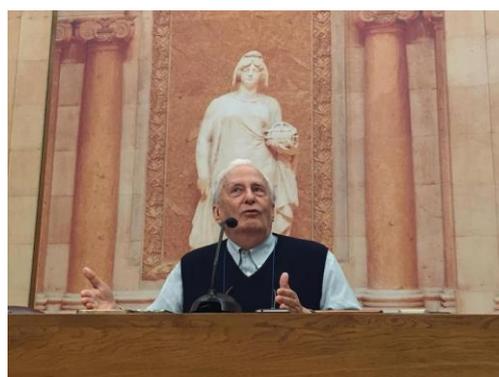


Seguiu-se o momento de perguntas, previamente selecionadas no dia anterior, aos deputados dos diferentes grupos parlamentares: Interrogou-se sobre a capacidade da comunidade escolar estar preparada para as questões de gênero; a posição de Portugal no ranking da desigualdade de gênero; o financiamento da APAV em relação às mulheres; atuação para combater os incêndios, diminuir as assimetrias regionais impedindo a desertificação do interior encerrou-se o ciclo de



Encerrado o tempo para as questões aos srs deputados deu-se início aos trabalhos, debate dos projetos de recomendação aprovados nas diferentes comissões.

Entretanto, os jornalistas que acompanharam suas escolas, tiveram o privilégio,



igual
mente
ao
que
aconte

ceira no dia anterior, de ter uma vista guiada ao Palácio de S. Bento, e de assistir e participar da conferência de imprensa do deputados socialista , Alexandre Quintanilha que estabeleceu uma conversa enriquecedora sobre a política e a tecnologia na educação dos jovens do século XXI, abordou a pluralidade de critérios para a entrada no mercado de trabalho, e discrepância salarial entre género .

Após o almoço, o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, com palavras de enaltecimento e de encorajamento aos presentes apelou para que não deixassem de apostar no país.

Seguiu-se o debate e a votação final global do Projeto de Recomendação do Parlamento dos Jovens de 2018.



Os deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Secundário recomendam à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:

1. Revisão das folhas salariais pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e aplicação de sanções às empresas que não promovam a igualdade de género.
2. Promover o acesso a cargos públicos e de chefia com base na meritocracia, reforçando a fiscalização da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE). Considerar crime público a discriminação salarial e profissional entre homens e mulheres com a mesma função e as mesmas habilitações no local de trabalho.
3. Alteração do prazo internupcial descrito no artigo 1605.º do nosso Código Civil para 180 dias quer para o homem, quer para a mulher.
4. Restruturação da disciplina de Formação Cívica (com uma carga horária de, pelo menos, uma aula por semana, adaptável a cada escola e com carácter obrigatório), atendendo ao facto de que o problema da desigualdade de género assenta na mentalidade das pessoas e a solução passa necessariamente pela educação e formação dos jovens com o tema obrigatório da igualdade de género.
5. Realização de ações de formação sobre a igualdade de género, para professores e outros profissionais, a serem implementadas nas escolas junto dos jovens. Dinamização de atividades e projetos em escolas com o propósito de alertar os jovens para as questões da desigualdade de género, através de campanhas de sensibilização para a mudança de mentalidades, o que seria conseguido através de outdoors, anúncios televisivos, spots de rádio e flyers.
6. Aplicação imediata de medida preventiva a todo e qualquer agressor(a), na sequência de denúncia de violência doméstica com demonstrações de ataque à integridade física, de modo a garantir a segurança da vítima e evitar que fique sujeita a

“ Igualdade de género – Um debate para todos”

- Escola Secundária de Monserrate- Viana do Castelo

Jornalista: Valentina Flores Morelli

qualquer outro tipo de violência (desrespeito à sua estabilidade profissional, à sua integridade física e/ou psicológica e à do seu agregado familiar).

7. Na sequência do reconhecimento de géneros não binários propomos o reconhecimento do terceiro género (X), em Portugal, de forma a assegurar os direitos e as liberdades de todos, alterando o n.º 2 do artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, salvaguardando a igualdade de género. 8. Alteração da alínea b) do n.º 2 do artigo 58.º da Constituição da República Portuguesa, que passa a ter a seguinte redação: “A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo e opções a nível de planeamento familiar, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais”.

Escola Secundária de Monserrate

- Valentina Flores Morelli -